



MUDANÇA CLIMÁTICA

Fenômeno contribuiu para que o ano de 2024 fosse o mais quente da história. Especialista alerta para o possível aumento das tragédias climáticas, como as que ocorreram no Rio Grande do Sul, deixando populações desabrigadas

El Niño deve ser mais severo este ano

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

As organizações de meteorologia fizeram um alerta sobre um possível "Super El Niño" para os próximos meses. Os eventos do fenômeno meteorológico afetam os padrões de temperatura e chuva em diferentes regiões e, geralmente, têm um efeito de aquecimento no clima global. Em 2024, a combinação do forte El Niño de 2023-2024 com as mudanças climáticas fez o ano ser o mais quente já registrado.

A última Atualização Climática Sazonal Global mensal da Organização Meteorológica Mundial (OMM), da Organização das Nações Unidas (ONU), publicada na sexta-feira, prevê uma "predominância quase global de temperaturas da superfície terrestre acima do normal" a partir de maio, indicando a possível volta do El Niño.

"Os modelos indicam que este pode ser um evento forte, mas a chamada barreira de previsibilidade da primavera é um desafio para a certeza das previsões nesta época do ano. A confiança nas previsões geralmente melhora após abril", explicou Wilfran Moufouma Okia, chefe de Previsão Climática da OMM.

O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial. Geralmente, repete-se em intervalos que variam de dois a sete anos e dura cerca de nove a 12 meses, mas pode se estender por até dois anos.

Segundo o professor Rafael Rodrigues da Franca, coordenador do Laboratório de Climatologia Geográfica da Universidade de Brasília (UnB), para acontecer o El Niño é preciso que a temperatura da água fique 0,5 graus acima do normal por pelo menos três trimestres móveis.

De acordo com as previsões do Centro de Previsão Climática (CPC) da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA), emitidas em 20 de abril, no próximo trimestre, de maio-junho-julho, a

Marinha do Brasil



A tragédia provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, em 2024, é um dos efeitos das mudanças climáticas e seus impactos no cotidiano

Sequência de meses

A análise do trimestre móvel observa os meses que se sobrepõem a cada estudo, como abril-maio-junho, depois maio-junho-julho

possibilidade de formação do fenômeno é de 60%. Ao longo do ano esse percentual aumenta, assim como a possibilidade da formação de um "Super El Niño". Segundo o boletim, no trimestre agosto-setembro-outubro, a chance da ocorrência do El Niño é igual ou maior que 90%, podendo se estender até o ano que vem.

O fenômeno faz parte do sistema El Niño-Oscilação Sul (ENOS), que muda entre três fases: O El Niño (aquecimento), La Niña (resfriamento) e condição neutra, na qual o mundo está atualmente. No Brasil, o fenômeno acontece de

maneira diferente no Norte e no Sul do país. Nos estados do Norte e do Nordeste, a seca fica mais severa, e na Região Sul, aumenta o risco de grandes volumes de chuva.

Apesar de não ser reconhecida como uma nomenclatura oficial, o "Super El Niño" acontece quando a temperatura das águas superficiais do Pacífico ficam 2 graus acima do normal. Segundo Franca, ainda não é possível ter certeza de que o fenômeno chegará a esse ponto. "Pode ser que, até o fim do ano, o aquecimento alcance os 2 graus de anomalia positiva. Se realmente acontecer o Super

El Niño, vai ser um evento catastrófico em todo o mundo, porque mexe com toda a circulação da atmosfera global", disse.

Mesmo com a previsão de iniciar em maio, os impactos do El Niño se consolidam gradualmente. "Nós vamos começar a ver os efeitos depois de setembro. Talvez, a partir do verão de 2026 para 2027, comece a ter alguns eventos extremos", explicou. Ele lembrou que uma das maiores tragédias no Rio Grande do Sul em maio de 2024, em que as fortes chuvas causaram alagamentos, deslizamentos de terra e inundações, foi influenciada pelo El Niño.

Desde 1993, o Brasil registrou um prejuízo de mais de R\$ 500 bilhões devido a eventos climáticos, de acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil da Universidade de Santa Catarina. Os eventos hidrológicos tiveram um aumento de 300% durante o período.

Agricultura

Um dos setores mais afetados pelos efeitos do El Niño é o agronegócio, já que as mudanças de temperatura e precipitação impactam diretamente na produtividade.

Durante esses episódios, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, passam por um período de estiagem, o que compromete o desempenho das lavouras e a disponibilidade hídrica. Já na Região Sul, o aumento do volume de chuvas, em especial durante o inverno e a primavera, resulta no excesso de umidade no solo, o que afeta o manejo agrícola.

Segundo o relatório *Calor extremo e agricultura*, divulgado na última quarta-feira pela OMM, o evento climático em 2023-2024 resultou na queda de 10% da produção de soja no Brasil, devido ao aumento da temperatura em 5 °C acima da média.

O calor também causou incêndios florestais, que devastaram uma área equivalente ao tamanho da Itália, como no Pantanal, no Mato Grosso do Sul. Os incêndios em 2024 foram os mais severos em sete décadas. De janeiro a junho de 2024, foram registrados 1.315 incêndios, um aumento de 935% em relação ao mesmo período de 2023.

Dados da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul apontam que mais de 206 mil propriedades rurais foram atingidas pelas cheias, com perdas na produção e na infraestrutura. Além disso, 34 mil famílias ficaram sem acesso à água potável.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

MOBILIDADE

Majoria apoia exame toxicológico na primeira CNH

» WAL LIMA

A ampliação da exigência do exame toxicológico para quem busca tirar a primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias A e B — destinadas a motocicletas, motonetas, ciclomotores e automóveis de passeio — tem o apoio da maior parte da população brasileira. Um levantamento encomendado pela Associação Brasileira de Toxicologia (ABTox) mostra que 86% dos entrevistados são a favor da medida incluída no Código de Trânsito Brasileiro no fim de 2025, mas que ainda aguarda definição sobre sua implementação prática.

O estudo realizado pelo Instituto Ipsos-Ipec, que é a união da multinacional de pesquisas Ipsos com o Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, ouviu duas mil pessoas em 129 municípios do país e mostra que, nas regiões Norte e Centro-Oeste, a aprovação

chega a 88%; no Nordeste, a 87%; e no Sudeste e Sul, a 84%. O índice também se mantém elevado entre homens (85%) e mulheres (87%), além de registrar adesão de 91% entre entrevistados com ensino superior.

Atualmente, o toxicológico já é obrigatório para motoristas profissionais das categorias C, D e E, que conduzem caminhões, ônibus, vans e veículos com reboque.

Além do apoio à medida como ferramenta de segurança viária, a pesquisa aponta que 68% dos entrevistados acreditam que a exigência pode contribuir para o combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado. Outros 69% avaliam que o exame também pode ajudar a reduzir episódios de violência doméstica associados ao consumo de álcool e entorpecentes.

Entre os mais jovens e adultos em idade economicamente ativa, o apoio também se destaca. Nas faixas de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, a aprovação alcança 88% e

Lúcio Bernardo Jr/ Agência Brasília



87% respectivamente. Já entre os homens de 16 a 24 anos e acima de 45 anos, o índice positivo em apoio à proposta foi de 85%.

A exigência do exame foi aprovada pelo Congresso Nacional em junho do ano passado, e, embora tenha sido vetada

inicialmente, acabou restabelecida após derrubada do veto pelos parlamentares, sendo sancionada e publicada no *Diário Oficial*

Além da biometria, 86% dos entrevistados são a favor do exame que avalia se há consumo de drogas

da União em dezembro de 2025, com vigência imediata.

Apesar disso, a aplicação da regra ainda não começou. O Ministério dos Transportes informou que a implementação está em análise técnica no âmbito da Câmara Temática de Saúde para o Trânsito. Segundo a pasta, estão sendo avaliados os impactos regulatórios da medida, a capacidade da rede laboratorial de atender à demanda nacional, os ajustes necessários nos sistemas de habilitação e os possíveis reflexos na segurança viária.

Enquanto os estudos não forem concluídos e eventual norma complementar for publicada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a orientação do governo federal é para que os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) ainda não exijam o exame toxicológico às categorias A e B.